



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação Nº 592/2022

Processo Número: 14386/2022 | Data do Protocolo: 08/11/2022 13:30:25

Autoria: Gil Diniz

Co-autoria:

Ementa: Requer ao Senhor Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, para que preste as seguintes informações, de acordo com seu melhor e mais recente conhecimento, atualizado até a data de resposta deste Requerimento de Informação, com relação aos contratos de prestação de serviços jornalísticos firmados entre a Fundação Padre Anchieta e profissionais de imprensa.



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 350032003100330034003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
ICP - Brasil.





REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado ao Senhor Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, para que preste as seguintes informações, de acordo com seu melhor e mais recente conhecimento, atualizado até a data de resposta deste Requerimento de Informação.

Com relação aos contratos de prestação de serviços jornalísticos firmados entre a Fundação Padre Anchieta e profissionais de imprensa, solicita-se, com vistas à competência fiscalizatória desta Casa Legislativa, que seja informado:

1. O termo aditivo de contrato ou o outro instrumento jurídico congênere celebrado em outubro de 2022 pela Fundação Padre Anchieta com a jornalista Vera Regina Magalhães.

Solicita-se o envio, anexo, à resposta deste requerimento, de cópias todos os documentos que instruíram o processo de renovação do contrato pactuado acima.

JUSTIFICATIVA

Busca o presente requerimento obter informações sobre o termo aditivo ou outro instrumento jurídico congênere pactuado pela Fundação Padre Anchieta (Tv Cultura) nos últimos dias com a apresentadora e jornalista Vera Magalhães.

Sujeita ao regime jurídico público, a Fundação Padre Anchieta, a qual pertence à TV Cultura, deve observar os princípios explícitos da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial o da publicidade.

Mais do que isso, zelar pela aplicação proba dos recursos públicos por parte da administração pública é nossa obrigação assumida perante o povo paulista.

Assim sendo, requisita-se que o presente Requerimento de Informação seja devidamente respondido. É relevante frisar, por fim, que não responder, responder com informações falsas, ou não atender aos questionamentos (respostas vazias e genéricas) implicam crime de responsabilidade, conforme artigo 20, inciso XVI, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em /11/2022.

a) Gil Diniz - PL

Gil Diniz



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 340031003400310033003A005000

Assinado eletronicamente por **Gil Diniz** em **08/11/2022 11:48**

Checksum: **3973D46715C56E07EC32D468218E1824796BC2158FF95991298A97C6AA97AC30**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 340031003400310033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2022

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requiero seja oficiado ao Senhor Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, para que preste as seguintes informações, de acordo com seu melhor e mais recente conhecimento, atualizado até a data de resposta deste Requerimento de Informação.

Com relação aos contratos de prestação de serviços jornalísticos firmados entre a Fundação Padre Anchieta e profissionais de imprensa, solicita-se, com vistas à competência fiscalizatória desta Casa Legislativa, que seja informado:

- 1) O termo aditivo de contrato ou o outro instrumento jurídico congênere celebrado em outubro de 2022 pela Fundação Padre Anchieta com a jornalista Vera Regina Magalhães.

Solicita-se o envio, anexo, à resposta deste requerimento, de cópias todos os documentos que instruíram o processo de renovação do contrato pactuado acima.

JUSTIFICATIVA

Busca o presente requerimento obter informações sobre o termo aditivo ou outro instrumento jurídico congênere pactuado pela Fundação Padre Anchieta (Tv Cultura) nos últimos dias com a apresentadora e jornalista Vera Magalhães.

Sujeita ao regime jurídico público, a Fundação Padre Anchieta, a qual pertence à TV Cultura, deve observar os princípios explícitos da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial o da publicidade.

Mais do que isso, zelar pela aplicação proba dos recursos públicos por parte da administração pública é nossa obrigação assumida perante o povo paulista.

Assim sendo, requisita-se que o presente Requerimento de Informação seja devidamente respondido. É relevante frisar, por fim, que não responder, responder com informações falsas, ou não atender aos questionamentos (respostas vazias e genéricas) implicam crime de responsabilidade, conforme artigo 20, inciso XVI, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em /11/2022.

a) Gil Diniz